

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

**Esta impressão não tem validade antes de ser enviada para o SIGProj
Submeta a proposta e imprima novamente este documento.**

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL EDITAL PAEX-PROCEU/UEDESC nº 01/2021**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°:

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Educação, Democracia e Desenvolvimento

TIPO DA PROPOSTA:

Curso Evento Prestação de Serviços
 Programa Projeto

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Fábio Napoleão

E-MAIL: fabio.napoleao@udesc.br

FONE/CONTATO: (48) 33044403 / (48) 3321 8500 / (48) 9961 0353

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°:

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título:	Educação, Democracia e Desenvolvimento
Coordenador:	Fábio Napoleão / Docente
Tipo da Ação:	Programa
Ações Vinculadas:	Não existem ações vinculadas
Edital:	EDITAL PAEX-PROCEU/UDESC nº 01/2021
Faixa de Valor:	
Instituição:	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
Unidade Geral:	CEAD - Centro de Educação à Distância
Unidade de Origem:	DPAD - Departamento de Pedagogia a Distância
Início Previsto:	01/02/2022
Término Previsto:	31/01/2024
Possui Recurso Financeiro:	Sim
Gestor:	Fábio Napoleão / Docente
Órgão Financeiro:	Conta Única

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação:	1152 horas
Justificativa da Carga Horária:	A carga horária se refere a alocação em atividade extensionista na modalidade programa. A carga horária total considera a efetivação da ação ao longo de 96 semanas ou 24 meses, 12h/por semana.

Periodicidade: Bianual
A Ação é Curricular? Sim
Abrangência: Internacional

Tem Limite de Vagas? Não

Local de Realização: Guiné-Bissau - África (Instituto Politécnico Nova Esperança - IPNOVE-IP9 e Escola Normal Superior Tchico Té - ENS Tchico Té)
 Florianópolis-SC (Rede Municipal de Ensino de Florianópolis)
 Municípios selecionados pela Operação Rondon (Biênio 2022-23)

Período de Realização: O programa de extensão será realizado a partir das dependências do CDR UDESC, na sede do Centro de Educação a Distância - CEAD, por meio do uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação da Unidade de Ensino para as ações extensionistas na modalidade de curso e oficinas on-line, com destaque para Guiné-Bissau (24 meses) e Florianópolis-SC (24 meses)). Realizar-se-ão igualmente atividades in loco em municípios selecionados no Estado de Santa Catarina, que participarão na Operação Rondon no biênio 2022-23, além das ações formativas voltadas aos estudantes e profissionais do NER UDESC.

Tem Inscrição? Não

1.3 Público-Alvo

A ação de extensão destina-se aos estudantes do Ensino Básico e Ensino Superior, professores, pesquisadores da temática e gestores públicos, especialmente da área da educação.

Nº Estimado de Público: 1350

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	50	300	10	45	0	405
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	15	0	0	0	200	215
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	20	600	0	10	100	730
Total	85	900	10	55	300	1.350

Legenda:
 (A) Docente
 (B) Discentes de Graduação
 (C) Discentes de Pós-Graduação

- (D) Técnico Administrativo
(E) Outro

1.4 Parcerias

Nome	Sigla	Parceria	Tipo de Instituição/IPES	Participação
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	NEAB	Interna à IES	UDESC - CEAD - DPAD	Parceria institucional e local no planejamento e execução de atividades extensionistas. Consultoria na produção e disseminação de conhecimentos referentes às políticas de diversidade étnico-racial, promoção de igualdade e valorização das populações de origem africana.
Laboratório de Direitos Humanos	LabDH	Interna à IES	UDESC - CEAD - DPAD	Parceria institucional e local no planejamento e execução de atividades extensionistas. Consultoria na discussão e produção de material didático-pedagógico na área de Direitos Humanos.
Escola Normal Superior Tchico Té	ENSTT	Externa à IES	Outros	Instituição interessada na efetivação da atividade extensionista, com afazeres de planejamento e execução da ação de extensão.
Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú	IFC - Camboriú	Externa à IES	Instituição Governamental Federal	Parceria institucional e local no planejamento e execução de atividades extensionistas.
Escola Básica Municipal Virgílio dos Reis Várzea	EBM Virgílio dos Reis Várzea	Externa à IES	Instituição Governamental Municipal	Instituição interessada na efetivação da atividade extensionista, com afazeres de planejamento e execução da ação de extensão.
Instituto Politécnico Nova Esperança	PNOVE -IP9	Externa à IES	Outros	Instituição interessada na efetivação da atividade extensionista, com afazeres de planejamento e execução da ação de extensão.

Núcleo Extensionista Rondon	NER UDESC	Interna à IES	UDESC - PROEX - CExt/PROEX	Parceria institucional e local no planejamento e execução de atividades extensionistas.
--------------------------------	--------------	---------------	-------------------------------	---

1.5 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento: Ciências Humanas » Educação » Ensino-Aprendizagem

Área Temática Principal: Educação

Área Temática Secundária: Direitos Humanos e Justiça

Linha de Extensão: Desenvolvimento Regional

1.6 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

O Programa de Extensão “Educação, Democracia e Desenvolvimento” está atrelado aos afazeres indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão realizados no laboratório CDR UDESC (Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional/CEAD), atuando em ações para a consecução do ideal do desenvolvimento regional sustentável a partir de conhecimentos no campo da Geografia, da Educação e da teoria do Desenvolvimento, através de equipe multidisciplinar e trabalho colaborativo em rede interinstitucional.

As ações extensionistas do programa, inscritas na área temática de educação, apresentam seu planejamento e execução sob a orientação da concepção dialógica e de educação problematizadora de Paulo Freire, em articulação com ideias e debates promovidos pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) e originados em estudiosos progressistas, com destaque para Dermeval Saviani e sua pedagogia histórico-crítica, bem como Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão e a abordagem da educação popular e da escola cidadã, além de Milton Santos e a perspectiva da geografia cidadã.

Modalidades das ações extensionistas:

- 1ª) Ação: Curso de iniciação a distância (Guiné-Bissau) – “De Paulo Freire e Milton Santos à Amílcar Cabral: A Relação Brasil-África”
- 2ª) Ação: Oficina (Workshop) (Rede Municipal de Ensino de Florianópolis) – “A África na Sala de Aula”
- 3ª) Ação: Projeto de caráter educativo vinculado ao NER UDESC (Núcleo Extensionista Rondon) – “Cidadania e Democracia”

Para o desenvolvimento das atividades extensionistas no biênio 2022-23, o CDR UDESC elegeu como recorte temático “Educação, Democracia e Desenvolvimento” e destina especial atenção à “África” em relação ao recorte espacial.

Palavras-Chave:

África, Democracia, Desenvolvimento, Educação, Geografia

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Descrição das modalidades das ações extensionistas a serem desenvolvidas no Programa de Extensão 'Educação, Democracia e Desenvolvimento', sob a coordenação do Prof. Fábio Napoleão:

1ª) Ação: Curso de iniciação a distância (Guiné-Bissau) – “De Paulo Freire e Milton Santos à Amílcar Cabral: A Relação Brasil-África”: Objetiva oferecer noções introdutórias na área específica do desenvolvimento regional, a partir de conhecimentos no campo da Geografia, da Educação e da teoria do Desenvolvimento, através de cursos com carga horária de 30 (trinta) horas, que serão realizados em Guiné-Bissau (costa ocidental da África) na Escola Normal Superior Tchico Té (ENS Tchico Té) e no Instituto Politécnico Nova Esperança (IPNOBE - iP9). A ENS Tchico Té é uma instituição pública fundada em novembro de 1979, destinada à formação médio-superior que prepara professores para os ensinos básico, secundário e superior. Já a IPNOBE - iP9, fundada em 2019, é uma instituição de ensino superior globalmente orientada para a prossecução dos objetivos do ensino politécnico. Os cursos serão promovidos em parceria com o Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, incluindo representante dessa instituição in loco, em Guiné-Bissau, em 2022/1. Registre-se ainda como produto dos cursos e demais em parceria com os guineenses a elaborado livro didático sobre a sociedade e a natureza de Guiné-Bissau, além da formação de Grupo de Pesquisa 'Educação e Desenvolvimento' com a iP9. As atividades descritas serão realizadas ao longo dos 24 meses de vigência da ação;

2ª) Ação: Oficina (Workshop) (Rede Municipal de Ensino de Florianópolis) – “A África na Sala de Aula”: Será realizado evento de caráter prático, com apresentação de tema e posterior realização de atividade pelo público alvo. O objetivo é que os participantes apliquem as informações recebidas nas atividades curriculares sobre a África, os africanos e o Brasil e os afro-brasileiros, em atenção ao disposto na Lei 10.639/03 e Lei 1.645/2008, bem como as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O público alvo é formado por profissionais e estudantes da EBM Virgílio dos Reis Várzea, sediada no norte da capital catarinense, que integra a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. As atividades terão preparação no primeiro semestre e aplicação no segundo semestre letivo;

3ª) Ação: Projeto de caráter educativo vinculado ao NER UDESC (Núcleo Extensionista Rondon) – “Cidadania e Democracia”: O projeto será uma ação processual e contínua, de caráter educativo, com objetivo específico de difundir as ideias e debates sobre o tema cidadania e democracia, em colaboração com o programa de extensão desenvolvido pelo Núcleo Extensionista Rondon - NER UDESC, com duração de 24 meses. Buscar-se-á criar um espaço colaborativo de discussões sobre o tema destinado à educadores e estudantes de instituições de ensino superior, escolas da rede municipal e estadual de ensino, visando educar para a democracia, ou seja, promover aprendizagens e vivências voltadas ao estabelecimento de um processo de aprendizado contínuo e intencional para o fortalecimento da cidadania democrática na universidade e na escola (conhecimentos para a ação cidadã – funcionamento das instituições, atos políticos da nossa rotina, influência nas políticas públicas e relações de poder na sociedade). A ação será efetivada como formação voltada aos rondonistas e no decorrer das operações Rondon em 2022 e 2023, em municípios selecionados com o uso do IDMS (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável), ferramenta que diagnostica o grau de desenvolvimento territorial ao considerar as dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional.

1.6.1 Justificativa

A ação de extensão “Educação, Democracia e Desenvolvimento” tem como escopo a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas, visando contribuir com soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, ao tempo que impacta na formação dos estudantes universitários nos processos de desenvolvimento e fortalecimento de sua cidadania. Guarda estreito alinhamento às orientações do FORPROEX e aos regramentos nacionais e da UDESC na área de extensão universitária.

A ação extensionista em epígrafe está sediada no laboratório do CEAD, CDR UDESC, que trata de forma precípua da temática do desenvolvimento regional, nas linhas do conhecimento - educação, geografia e

desenvolvimento. Diga-se de passagem, a temática do desenvolvimento regional sob a égide histórica da Nova República no Brasil, maculada pelo crescimento econômico brasileiro do tipo stop-and-go e seus reflexos anticonstitucionais – como não “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (CF 1988, Art. 3º, III), requer o repensar das estratégias de superação das desigualdades sociais, econômicas e regionais do país, em bases sustentáveis. Aqui a convergência entre desenvolvimento regional e educação superior adquire nova roupagem através da criação dos centros de desenvolvimento regional (CDR's).

Os CDR's aprofundam a parceria entre IES (Instituições de Ensino Superior), sociedade e governo, enquanto política de Estado prevista na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007). Condição de relevância, inclusive, já assimilada pela CAPES, FINEP, CNPq e MEC, através da remodelagem de programas de financiamento para atender os CDR's e de critérios de avaliação da pesquisa nos programas de pós-graduação, com repercussão na avaliação das IES. Os CDR's apresentam vocação interdisciplinar, com real possibilidade de integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Soma-se também a atuação em rede e a baseada na sinergia entre pensamento teórico e ações empreendedoras verdadeiramente em prol das necessidades dos cidadãos. Suas ações são críticas às políticas meramente compensatórias e aquelas enraizadas de um regionalismo estéril, que não reconhecem a capacidade de cada região na construção de novas vantagens comparativas e da cidadania ativa, sem com isso deixar de mirar a inserção nacional e internacional. Têm os CDR's como eixos norteadores das atividades: 1) o produtivista; 2) o educacional; 3) o político; 4) o novo paradigma de desenvolvimento regional. Busca-se a mudança de status das políticas de desenvolvimento, de caráter macrorregional, conjuntural e setorial, emanadas do governo central, que se pautam por expedientes meramente socioassistenciais, por um desenvolvimento mais territorial, endógeno às regiões, sem ser autárquico, havendo a predominância de relações horizontais de cooperação e o aproveitamento de vocações econômicas regionais diversificadas de forma sustentável. Os CDR's decisivamente poderão contribuir com o processo de detecção, potencialização e geração de vocações locais. Centralidade que deverá ser construída por ações e planejamento estratégico rebelde à conjuntura de curto prazo e as flutuações e descontinuidades da práxis governamental. As ações dos CDR's, em muitos casos, poderão fixar localmente os estudantes, potencializando o desenvolvimento sustentável locorregional, melhor respondendo a eventuais crises.

Nesse contexto, a institucionalização dos CDR's nas IES deve resultar em boas políticas e ações que levarão ao estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento regional. As IES, em parceria com governos e a sociedade, formarão novo arcabouço acadêmico e administrativo capaz de concretizar com êxito a necessária e histórica missão de participar do planejamento e da execução do desenvolvimento sustentável locorregional. Convém, ainda, ressaltar, que até 2020 inexistia na Udesc uma estrutural institucionalizada aglutinadora do tema com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, embora a Universidade apresente significativa capilaridade no território catarinense, estando presente em todas as mesorregiões do estado, com unidades presenciais e polos de EaD. Merece também destaque a condição do CEAD quanto à desterritorialização do ensino superior através do EaD, contando com polos espalhados por Santa Catarina, singular distinção quando comparado aos demais centros da UDESC. Logo, dispendo de condição diferenciada para adequadamente operacionalizar um CDR, finalmente criado nesse centro em 2020. Além disso, poderá a atuação do CDR UDESC possibilitar a oferta de novos cursos em EaD (graduação e pós-graduação) e o mapeamento de atividades de estágio (de graduação e pós-graduação) que levam alunos a campo. Deve ser igualmente considerada a ampliação da sinergia entre servidores e estudantes de todos os centros de ensino da UDESC e atores locais na resolução de problemáticas e detecção de potencialidades locorregionais, capitaneada pelo CDR UDESC. O forte apelo regional das atividades do CDR UDESC poderá propiciar ainda o incremento da efetivação da extensão universitária nos polos de EaD de forma presencial e/ou on-line, com vistas ao atendimento das especificidades da área de EaD para efeito de creditação da extensão, conforme orienta a Política de Extensão Universitária da UDESC.

Considera-se igualmente aqui o papel e o valor dos CDR's perante a crise teórico-prática vivida nas IES

brasileiras, entre outras coisas, fruto da presença do arranjo curricular racionalista acadêmico ou técnico-linear-disciplinar. Os CDR's poderão contribuir no processo de rompimento com o paradigma tradicional de currículo, inerente a lógica de educação bancária. Os CDR's favorecem as novas configurações curriculares, baseadas em espaços interdisciplinares de discussão, capazes de fomentar o desenvolvimento de projetos integrados, pautados em metodologias de ensino problematizadoras, envolvendo ativamente os estudantes, com uso de novas ferramentas educacionais, novas tecnologias e estratégias didáticas, redimensionando de forma crítico-transformadora a pesquisa e a extensão, visando a aplicação dos conhecimentos em situações da realidade concreta. Registre-se também a internacionalização de resultados, através de intercâmbio com IES e entidades de outros países, com especial atenção às instituições especializadas em EaD. Assim sendo, tornando realidade o ideal de "Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina", que plasmou o nome da UDESC nos idos de 1965, agora, leia-se, "Desenvolvimento Regional Sustentável", ancorado em outro tempo, de novos arranjos espaciais, configurados pelo contexto do meio técnico-científico-informacional e da necessária articulação internacional das IES e das regiões.

Vale aqui a menção dos objetivos do CDR UDESC:

- Contribuir nas frentes de ensino, pesquisa, extensão e governança para o desenvolvimento regional, fortalecendo as relações de cooperação dos atores regionais para atingir objetivos comuns de melhoria das condições de vida das comunidades locais, com especial atenção à educação, resgatando identidades sociais, políticas, antropológicas, linguísticas e históricas;
- Articular atores para a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento sustentável localregional e oferecer serviços de pesquisa aplicada e de elaboração de projetos, além de incubar modelos de negócio inovadores, start-ups, fomentar o empreendedorismo, criando oportunidades locais com impactos sociais e ambientais positivos;
- Apoiar a instituição de fóruns de discussão/observatórios de desenvolvimento regional onde estão sediadas as unidades de ensino e os polos de EaD da Udesc, com destaque para o tratamento da área da educação;
- Apoiar a criação de Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR's) nas unidades de ensino e nos polos de EaD da UDESC, sob a coordenação do CDR;
- Criar espaço de suporte cartográfico e estatístico às políticas e ações da área de desenvolvimento regional, incluso a geração de dados e padrões estatísticos a respeito das repercussões das atividades do CDR;
- Apoiar a criação de disciplinas e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação presencial e em EaD em desenvolvimento regional, além de contribuir com o processo de inovação e flexibilização curricular;
- Criar periódico sobre o desenvolvimento regional, bem como fomentar e orientar a constituição de acervo bibliográfico da área nas bibliotecas universitárias;
- Identificar, apoiar e articular em rede as iniciativas de extensão fomentadoras do desenvolvimento regional, considerando as áreas e as linhas da extensão universitária, especialmente no âmbito da educação;
- Realizar bianualmente o evento "Seminário de Desenvolvimento Regional".

Por tudo isso, incorpora o que dispõe o documento do FORPROEX (2012, p. 21-23): "a transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em

direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha pari passu com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade. (...) “Reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar e superar. Trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança. É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária, como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologias de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País. [vide os intercâmbios verificados entre IES brasileiras, africanas e latino-americanas, bem como IES voltadas à integração regional, vide o caso da UNILA, UNILAB e UFFS]”

1.6.2 Fundamentação Teórica

Persiste no evoluir da extensão universitária brasileira, mesmo diante do inegável contexto de avanços de área no campo político e teórico-conceitual, promovido pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) a partir de 1987, considerável desconexão entre a teoria e a prática extensionista, mesmo desconhecimento normativo e conceitual da extensão por aqueles que desenvolvem as ações. Há de se considerar igualmente na estruturação da fundamentação teórica as dificuldades de domínio das definições e delimitações conceituais inerentes ao recorte temático proposto na ação extensionista. Acrescenta-se aqui o desafio de cumprir o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão nas universidades brasileiras e com isso concretizar os ideais progressistas da Reforma de Córdoba de 1918, assentados na interação dialógica entre a sociedade e a universidade e no protagonismo estudantil, que plasma o conceito da extensão universitária presente na Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira.

Conforme nos aponta Nogueira (2013, p. 28), “discutir a extensão universitária é uma forma de discutir a própria universidade. Não se pode abordar a extensão de forma isolada, como uma das suas funções, realizada de maneira independente. Não se pode perder a perspectiva da totalidade: a extensão, como o ensino, como a pesquisa e a própria administração existem inter-relacionados ao ambiente acadêmico, influenciando-se mutuamente. As práticas institucionais refletem conflitos e contradições que se superam continuamente. As ações de extensão são influenciadas tanto por propostas políticas da instituição, ou do governo, quanto por circunstâncias históricas que interferem no cotidiano das relações acadêmicas.”

Como a discussão acima sugere, a extensão universitária apresenta o papel catalisador na articulação sociedade-universidade na condição de instrumento de transferência e produção de conhecimento e de desenvolvimento econômico-político-social-cultural. Assim sendo, o extensionista deve ser um intérprete e sujeito do seu tempo, quando da periferia do sistema econômico mundial, tributário da superação do subdesenvolvimento com todas as suas mazelas e contradições, mas igualmente em luta contra as imposições e reduções do papel e do valor da extensão universitária efetivadas interna e externamente às instituições de ensino superior. Pode-se dizer, corroborando com Nogueira (2013, p. 29), “que a extensão é essencial para que a universidade se realize plenamente enquanto instrumento emancipatório”, que dista de práticas extensionistas assistencialistas e de submissão ao mercado.

Como afirma Gadotti (2017), Paulo Freire dizia que, “por meio da extensão, poder-se-ia redimensionar a Universidade dentro de um projeto popular de educação”, que “segundo um de seus primeiros estudiosos, Jarbas Maciel, em artigo publicado na revista Estudos Universitários da Universidade do Recife, em junho de 1963, a extensão universitária fazia parte do chamado “Sistema Paulo Freire de Educação”, cuja

institucionalização nacional foi interrompida pelo Golpe de 1964 no Brasil, sendo sua implementação retomada quando Paulo Freire fora Secretário de Educação em São Paulo (1989-1991) e desde então rediscutida como possível Política Nacional de Educação Popular no contexto de redemocratização do país. Segundo Gadotti (2017), “projetos de universidade estão em disputa. Defender a Universidade Popular é defender um projeto de universidade que incentive o pensamento crítico e reflexivo, que vincule as lutas acadêmicas às lutas populares, que lute pela democratização do conhecimento e isso pode começar na Extensão Universitária, concebida a partir do paradigma da Educação Popular.” O que se aproxima dos debates travados e das ideias defendidas pelo FORPROEX, de uma universidade democrática e não autoritária, popular e não elitista, de inclusão, mas acima de tudo de emancipação e não domesticação, comprometida com a problemática da comunidade, fomentadora de transformações sociais.

'Uma universidade é popular, segundo Paulo Freire, por aquilo que ela diz e por aquilo que ela faz em relação ao poder. Uma universidade é popular pelo seu projeto de universidade, pelos seus currículos, pelos seus conteúdos, pelas formas e métodos de trabalhá-los, pelas suas escolhas. Como já nos alertava o sociólogo Florestan Fernandes, um dos grandes defensores da educação pública com caráter popular nos anos 60, 'democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas, mantendo os padrões elitistas e o privilégio social. O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais' (FERNANDES, 1960: 163). O que dá grandeza às universidades, sustentava ele, não é o que se faz dentro delas, é o que se faz com o que elas produzem.' (Gadotti, 2017)

Registre-se, ainda, “dois livros de Paulo Freire se complementam na compreensão dos fundamentos e pressupostos da Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular: o livro *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1974), focado na categoria diálogo, e o livro *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996), aprofundando a noção de autonomia.” (Gadotti, 2017) Categorias de diálogo e autonomia compreendidas como fontes de liberdade e conectadas a vida, gerando conhecimento em perpetua consolidação.

Deve-se ter presente que a efetividade da atividade extensionista está ancorada na práxis, definida por Paulo Freire, citado por Gisele Alves de Sá Quimelli (Gonçalves; Quimelli, 2016, p. 25), como segue: “não é uma ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão. Homens e mulheres são seres humanos porque eles são historicamente constituídos como seres de práxis, e neste processo eles se tornaram capazes de transformar o mundo – de dar-lhe sentido (Freire, 1973, p. 6).”

Dito isto, a começar, deve ser o extensionista conhecedor dos princípios, diretrizes, conceito de extensão universitária e de sua creditação na matriz curricular nas Instituições de Ensino Superior, presentes na Resolução CNE/CES Nº 7/2018, consubstanciados aos atos decisórios e documentos de área do FORPROEX. A par disso, registre-se que duas obras bibliográficas darão suporte teórico-conceitual e formativo aos estudantes no campo da extensão universitária na ação inscrita no Edital PAEX PROCEU: 1ª) “Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária” – Nadia Gaiofatto Gonçalves e Gisele Alves de Sá Quimelli (Org.); 2ª) “Extensão Universitária: trajetórias e desafios” – Sandra de Deus.

Desta maneira, adotar-se-á a perspectiva de concepção dialógica de Paulo Freire, a partir das explicações do texto “Interação dialógica: a voz da extensão universitária” de Gisele Alves de Sá Quimelli (Gonçalves; Quimelli, 2016, p. 16-36). Com essa diretriz, quanto a interação dialógica, o programa de extensão proposto ao Edital PAEX PROCEU será orientado por Favaro (2009), em quadro citado por Quimelli (Gonçalves; Quimelli, 2016, p. 33-34), que apresenta cinco categorias de orientação à prática extensionista: cooperação, equidade na relação, geração de conhecimento, incentivo e participação contínua. (VER ANEXO 2 – QUADRO 1)

Na esteira das ideias de Paulo Freire, visando o desenvolvimento da ação extensionista, entende-se a educação como uma educação problematizadora, conscientizadora, que transforme a realidade do

oprimido. Uma educação para conscientizar e não encobrir a realidade da vida, sendo dimensão da cultura e da política, comprometida com a justiça social, respeitando as identidades, individualidades e vivências sócio-históricas de seres aprendentes e inacabados. O que não se faz de qualquer maneira e com qualquer metodologia, mas de antemão em contraposição à educação bancária, de natureza antidialógica, e impregnada pela realidade concreta, uma educação libertadora de inspiração freiriana, em convergência com estudiosos progressistas, em destaque Dermeval Saviani (2008) e sua pedagogia histórico-crítica, bem como Moacir Gadotti (1992) e Carlos Rodrigues Brandão (2002) e a abordagem da educação popular e da escola cidadã.

Segundo Quimelli (2016, p. 27-29), “não é no verbalismo, nem no ativismo e nem tampouco no silêncio que poderemos nos beneficiar da Educação Problematizadora junto aos nossos interlocutores nos Programas/Projetos de Extensão. Precisamos nos acostumar a dialogar e intervir na realidade. (...) O diálogo funda-se em relações horizontais entre os sujeitos participantes do processo educacional. Como este processo visa a práxis, então o diálogo representa o encontro dos sujeitos com a missão do agir. Educador e educando dialogam a respeito do seu agir sobre o mundo. Mas fica a dúvida, sobre o que dialogar, ou seja, qual o conteúdo do diálogo, para superarmos o verbalismo e passarmos à ação na realidade? (...) O conteúdo programático utilizado para a ação junto às comunidades, nos projetos de extensão, não pode ser definido exclusivamente pelos professores e alunos, mas em conjunto com a comunidade e mediatizado pela realidade vivenciada pelos sujeitos do processo.”

Quimelli (2016, p. 30) ainda ressalva que para o adequado desenvolvimento das ações extensionistas deve ocorrer o aprendizado pelos envolvidos de certas habilidades, valores e atitudes necessárias à reflexão e intervenção sobre a realidade, condizentes com os preceitos da educação problematizadora.

Por sua vez, para operacionalizar a educação problematizadora consubstanciada a proposta de ação de extensão na Udesc utilizar-se-á o método freiriano: investigação temática, tematização e problematização. Com a investigação temática ou leitura do mundo buscar-se-á descobrir o que os estudantes e a comunidade já sabem e desejam socialmente transformar, para aperfeiçoar a vida, o viver. Com a tematização ou compartilhamento do mundo lido há a realização da tarefa interativa educador-educando-comunidade a partir da codificação e decodificação dos temas e conteúdos geradores da ação extensionista a partir de recorrente troca de ideias, validando consensualmente certos conhecimentos e práticas (aval social), portanto ratificando o caráter coletivo de construção da práxis extensionista. Por fim a problematização ou (re)construção do mundo lido constitui a efetivação da descoberta do significado das palavras, temas para a vida das pessoas, um momento de conscientização e engajamento social em prol da prática dos fundamentos da educação libertadora, educação emancipadora, impregnando de sentido cada ato da vida das pessoas. Aqui já estamos diante da conquista de novas e do aprimoramento de antigas competências, a exemplo da capacidade de comparar e analisar diferentes pontos de vista; capacidade de desenvolver visões sistêmicas; capacidade de planejar coisas novas; aprendizado pela observação de atividades práticas; resolução de problemas de raciocínio lógico; desenvolvimento da criatividade e da iniciativa. E juntamente com as competências, como demonstra Quimelli (2016, p. 31), inspirada por currículo da OXFAM (Comitê de Oxford de Combate à Fome) para a cidadania global, valores e atitudes, tais como senso de identidade e autoestima, empatia, compromisso com a justiça social e igualdade, valor e respeito pela diversidade, preocupação com o meio ambiente e compromisso com o desenvolvimento sustentável e crença de que as pessoas podem fazer a diferença.

Convém reiterar, a atividade extensionista ora apresentada, que se atrela a área da educação, reflete aspectos mais gerais e fundamentais do contexto histórico e geográfico mundial, do desenvolvimento nacional e da concorrência e cooperação política e econômica entre nações. Assim, convém a adoção de algumas premissas, ancoradas em Manacorda (1992): 1ª) A história da educação determina e é determinada pelos modos de produção vivenciados pela humanidade; 2ª) A educação reflete a divisão de classes ao tempo que é substrato de rupturas e transformações no seio da sociedade em relação a evolução da própria educação e a possível ascensão social de grupos e indivíduos; 3ª) O grau de

desenvolvimento de uma nação encontra na educação um de seus pilares fundamentais.

Segundo Anísio Teixeira, 'há quatro tipos de governo.' (...) 'há o governo dos ignorantes pelos ignorantes, que é a tirania, há o governo dos que sabem pelos ignorantes, que significa revolução próxima; há o governo dos ignorantes pelos que sabem, que é despotismo benevolente; e há o governo dos que sabem pelos que sabem, que é democracia. Que tivemos até hoje? Quando muito, despotismo benevolente, o governo dos ignorantes pelos que sabem ou pretendem saber. E isto por quê? Porque não fizemos da educação o serviço fundamental e básico do Estado. Falamos em democracia, temos aspirações democráticas, sentimentos democráticos. Suspiramos pela democracia que é a educação para todos, educação boa e bastante para todos, a mais difícil, repetimos, das educações: a educação que faz homens livres e virtuosos. E por que não a tivemos? Porque, força é insistir, jamais fizemos da educação o serviço fundamental da República.' 'A justiça social, por excelência, da democracia, consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a da educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Com efeito, todas as demais funções do Estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é a consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a sua existência.' (Teixeira, 1984)

Do que foi acima mencionado, cabe citar Josué de Castro (1973), que não isola o conceito de desenvolvimento à base da expansão da riqueza material, às transformações tecnológicas, ao crescimento econômico, engloba igualmente “mudanças sociais sucessivas e profundas”. Mas ao reconhecer a relação centro-periferia presente no sistema político e econômico mundial apresenta o subdesenvolvimento como “um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta.” Por esse caminho serão utilizados como referenciais teóricos da discussão sobre o tema educação, democracia e desenvolvimento os seguintes autores: John Dewey (1979); Moacir Gadotti (2000; 2009); István Mészáros (2008); Amartya Sen (2010); Juan Escámez Sánchez (2010); José Eli da Veiga (2010); Muniz Sodré (2012); Ivo Tonet (2012); Patrícia Villen (2013); Renato Janine Ribeiro (2017); Heinrich Geiselberger (2019); Theodor W. Adorno (2020); Lucas Ferreira dos Santos e Fábio Napoleão (2021). Na abordagem do tema, importa destacar Milton Santos (1996; 2000; 2002). No ensejo, vale mencionar Milton Santos que nos idos de 1990 desnudou o ataque ao sistema educacional brasileiro. Milton Santos (2002) percebeu que as propostas para a educação rompiam o equilíbrio, antes existente, entre uma formação para a vida plena, com a busca do saber filosófico, e uma formação para o trabalho, com a busca do saber prático - da garantia da renovação das possibilidades de existência de indivíduos fortes e de cidadãos íntegros, ao mesmo tempo que se preparavam as pessoas para o mercado. O saber prático absorveu todo o espaço de trabalho da escola, enquanto o saber filosófico passou a ser considerado residual ou desnecessário. O ataque se deu ao ensino universal (isto é, concebido para atingir a todas as pessoas), igualitário (como garantia de que a educação contribua para eliminar desigualdades) e progressista (desencorajando preconceitos e assegurando uma visão de futuro). Eis as bases da educação de matiz republicana ocidental. Pelo menos enquanto busca para uma convivência civilizada. Tal contexto definido por Milton Santos como do “Globalitarismo” (o termo fora utilizado para expressar o totalitarismo que as nações hegemônicas impuseram sobre as camadas populares, seja no âmbito econômico ou social). Milton Santos (2002) esboçava a preocupação da escola tornar-se um celeiro de deficientes cívicos, ao invés de ser um lugar da formação de verdadeiros cidadãos. Do exposto, depreende-se a luta de Milton Santos (1996) por uma outra globalização, fundamentada numa perspectiva libertária para a humanidade, justamente em contexto histórico mundial de maior avanço das forças produtivas, portanto, possível materialmente de eliminar ou mitigar consideravelmente a desigualdade entre povos e nações. Uma globalização que a rigor seja socialmente incluyente, economicamente sustentada no tempo e ambientalmente sustentável.

Eis o contexto, os desafios e o referencial teórico voltado ao planejamento e execução da ação extensionista inscrita no Edital PAEX PROCEU, que versa sobre o tema “educação, democracia e

desenvolvimento” e ainda terá na categoria de 'território usado' (Milton Santos) uma das suas mais importantes ferramentas teórico-metodológicas. Milton Santos considera o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas de território usado, resultado do evoluir histórico de transformação na base material e social das ações humanas. Significa dizer que a categoria de território usado representa a totalidade de causas e efeitos do processo socioterritorial, a inclusão de todos os elementos constitutivos da realidade, que nos impede de pensar o espaço como algo inerte, mas sim como 'espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço'. (Santos, 2000a).

O que nos convida a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, bem como nos revela 'a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso'. (Santos, 2000a) Aqui o espaço não é enquadrado como palco (como coisas localizadas, congeladas, o espaço geométrico), cuja ciência geográfica é produtora de inventários e não de novos conhecimentos (fragmentação da geografia), mas sim concebido como espaço geográfico – sinônimo de totalidade “em movimento” que se historiciza, definido como indissociável e contraditório sistema de objetos e sistemas de ações – como instância social que se impõe a tudo e a todos (categoria de análise - abstrata). Então, espaço geográfico, paisagem, lugar e território usado guardam interdependência conceitual e devem se ajustar ao nosso tempo – meio técnico-científico-informacional, gerador de novas interferências no espaço geográfico, requalificando-o, através do processo de cientificização e tecnificação da paisagem. Deve-se pensar o espaço geográfico a partir de novos conceitos, novas concepções analíticas, vide os conceitos de horizontalidade (extensões contínuas, formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade) e verticalidades (pontos no espaço separados uns dos outros, mas que asseguram o funcionamento global da economia e da sociedade). Estamos mesmo aqui diante de um quadro teórico-metodológico aplicável aos estudos de desenvolvimento regional.

No plano dos estudos da geografia africana adotar-se-á como base as obras de Paulo Fagundes Visentini (2013; 2016), fundador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da UFRGS, que publica a Série Africana e a Revista Brasileira de Estudos Africanos, além de livros e relatórios técnicos sobre o tema em tela. Soma-se ao exposto, os trabalhos de Hernandez (2005) e Khapoya (2015), assim como obras e estudos sob a indicação dos parceiros na execução da ação, NEAB e LabDH (CEAD/UDESC) quando da execução da ação extensionista.

1.6.3 Objetivos

Objetivo Geral:

- Exercitar a ação cidadã da UDESC a partir da práxis extensionista em territórios marcados pela exclusão e desigualdade socioespacial, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia a partir da educação.

Objetivos Específicos:

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função da interação dialógica e apoiar a agenda estratégica de valorização da extensão universitária da UDESC;
- Estimular o fortalecimento do intercâmbio e da solidariedade internacional através da atividade extensionista, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, visando a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento regional do país e nações amigas;
- Promover ações de extensão voltadas ao contato com as realidades naturais, socioeconômicas e geopolíticas da África;
- Divulgar e colaborar com as iniciativas do Laboratório de Direitos Humanos – LabDH e do Núcleo de

Estudos Afrobrasileiros - NEAB nas áreas de ensino, pesquisa e extensão pertinentes ao combate ao racismo e ao preconceito, assim como a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial através da implementação da Lei Federal 10.639/03 e Lei 1.645/2008, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Contribuir com o estabelecimento da creditação da extensão universitária na UDESC;
- Estimular a utilização das tecnologias de informação e comunicação através de cursos on-line, visando ampliar a oferta de participação em atividades educativas desenvolvidas por estudantes e profissionais que estejam em lugares e tempos diversos;
- Assegurar o uso de metodologias e tecnologias educacionais inovadoras e efetivas de forma a garantir o fortalecimento da extensão;
- Atuar em favor do aprimoramento e aproximação da educação básica e superior, mediante a formação e a capacitação de estudantes e profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o ações de extensão;
- Difundir as categorias e conceitos, bem como a vida e obra dos principais estudiosos da Geografia mundial;
- Revisitar juntamente com os estudantes os conceitos e categorias, a história, as instituições, os documentos da área de extensão;
- Dotar os discentes voluntários e bolsistas de habilidades, valores e atitudes inerentes a formação acadêmica-cidadã a partir da práxis extensionista;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução CNE/CES Nº 7/2018 e Resolução n. 015/2019 – CONSUNI, bem como os objetivos do Edital PAEX PROCEU N. 001/2021;
- Atuar em prol dos objetivos acadêmicos e institucionais do CDR UDESC.

1.6.4 Metodologia e Avaliação

Utilizar-se-á como metodologia a Experiência de Aprendizagem Mediada – EAM, segundo Reuven Feuerstein, Professor de Psicologia Romeno que formulou a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural. Na abordagem mediada a aprendizagem é intencional, ultrapassando o campo perceptivo e sensitivo e utilizando a representação mental da realidade presente, passada ou futura. O mediador se interpõe entre o mundo dos estímulos e o aprendiz, interpretando e dando significado a esses estímulos, visando o desenvolvimento no mediado de habilidades e competências básicas para a aprendizagem autodirigida. O mediador potencializa a experiência de aprendizagem conforme as necessidades do mediado. Assim sendo, explora na sua plenitude o potencial de modificabilidade do mediado, já que a EAM oferta ferramentas e habilidades cognitivas necessárias para aprender e se desenvolver através da exposição direta aos estímulos. O mediador (VER ANEXO 2 – FIGURA 1), guiado por uma intenção originada das necessidades do mediado, seleciona e organiza os estímulos, permitindo ao mediado apreender e internalizar o estímulo de maneira diferente do que pela exposição direta. E quanto mais experiências de aprendizagem mediada tiver o mediado (organismo), mais ele estará apto a aprender pela exposição direta. Naturalmente, o próprio mediador aprende e se transforma com o processo de interação.

Na EAM de Feuerstein há três guias metodológicas responsáveis por orientar e qualificar a experiência de mediação (VER ANEXO 2 – FIGURA 2): 1ª) Critérios de Mediação (geração de interações que atendam às necessidades universais e específicas do mediado); 2ª) Mapa Cognitivo (preparação do estímulo condizentes com as características do ato mental do mediado); 3ª) Funções Cognitivas (observação do

processo de pensamento no mediado). Vale ressaltar que a criação de ambientes de modificabilidade cognitiva depende de quem medeia para quem é mediado e da qualidade do estímulo, sendo as guias meras auxiliares na EAM.

A compreensão dos critérios de mediação passa pela análise das dimensões cognitiva e afetivo-motivacional, que se interconectam e se afetam mutuamente no processo de mediação da aprendizagem, agrupadas em necessidades universais e necessidades específicas ou diferenciais. Elas se afetam e complementam de forma dinâmica. (VER ANEXO 2 – QUADRO 2)

Funções cognitivas:

R. Feuerstein categorizou as funções cognitivas de acordo com as três principais fases do ato mental – input (Coleta de Informações – Recepção), elaboração (Trabalhando com o Problema – Processamento) e output (Comunicação da Resposta (Expressão)). As funções cognitivas são processos mentais estruturais, dinâmicos e complexos, combinados, que operam e organizam a estrutura cognitiva. (VER ANEXO 2 – QUADRO 3/TABELA 1)

Operações mentais:

A operação mental é o resultado da combinação de várias funções cognitivas. Há uma hierarquia dentre as operações mentais, que parte das operações de caráter descritivo, básicas, para aquelas com finalidade analítica. Operações mentais mais complexas exigem o uso de operações mentais básicas, a exemplo da identificação e da comparação. (VER ANEXO 2 – QUADRO 4)

Mapa cognitivo:

O mapa cognitivo permite ao mediador melhor planejar e avaliar o processo de mediação, preparado a partir de necessidades específicas do mediado. Permite indicar a adequada tarefa e identificar as operações mentais que o mediado deve ativar para a resolução de um dado problema. (VER ANEXO 2 – FIGURA 3/QUADRO 5)

A experiência de mediação da aprendizagem se articula ao quadro teórico-metodológico aplicável aos estudos de desenvolvimento regional descrito no item dessa proposta intitulado 'Fundamentação Teórica'.

Sobre a avaliação das ações extensionistas, tem-se claro que a Resolução n. 015/2019 – CONSUNI, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC, apresenta título específico no tratamento do tema, portanto, dispendo a instituição de orientações basilares de avaliação permanente da atividade de extensão, com indicadores e tipologia de avaliação. Assim sendo, seguindo as orientações da Política de Extensão Universitária da UDESC, buscar-se-á aperfeiçoar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão-administração, considerando as dimensões: política de gestão, infraestrutura, relação sociedade-universidade, plano acadêmico e produção acadêmica. Registre-se aqui, seguindo os indicadores de avaliação de extensão determinados pelo Comitê de Extensão da UDESC, que encontra na Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, um protocolo claro de avaliação interna e externa à instituição, a exemplo do que ocorre nas áreas finalísticas de ensino e pesquisa e pós-graduação em instituições públicas de ensino superior.

A Resolução do CNE/CES Nº 7/2018 prevê a avaliação externa e a autoavaliação das atividades extensionistas com vistas à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e reconhecimento da instituição, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Eis os artigos sobre o tema da referida Resolução:

Art. 11 A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir: I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular; II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos; III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Art. 12 A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber: I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão (...), as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior; III - os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

Logo, há a previsão na Política de Extensão Universitária da UDESC da criação do “Programa Permanente de Gestão e Avaliação da Extensão”, que servirá como regulador das atividades da extensão e cultura da instituição, em consonância com a Resolução do CNE/CES Nº 7/2018 e as diretrizes e objetivos estratégicos da extensão universitária para o próximo quadriênio explicitados na Resolução n. 015/2019 – CONSUNI.

A avaliação ocorrerá através de acompanhamento, monitoramento e avaliação, nos termos da Resolução n. 015/2019 – CONSUNI, disposto *ipsis litteris* como segue: a) acompanhamento: é processo de menor complexidade, podendo ser apenas descritivo, se resumindo a um relato das atividades realizadas, não reativo e não propositivo; b) monitoramento: é um tipo de avaliação contínua e faz parte integral do gerenciamento da ação de extensão. O monitoramento é primordialmente descritivo e deve sugerir de forma justificada alterações no andamento do processo; c) avaliação: é mais analítica, é proposital e é realizada à parte da ação, conduzida de forma planejada e periódica pelo segmento administrativo, pela equipe executiva e pelos beneficiários da ação. Busca determinar sistematicamente e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto das ações de acordo com seus objetivos, através de procedimentos científicos para identificação, obtenção e sistematização de informações essenciais para que se possa emitir juízos de valor.

A avaliação pode ser interna e externa, quantitativa e qualitativa, *ex ante* e *ex post* (antes ou após a realização da ação), além disso deve considerar os referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam a ação, a definição dos objetivos, da política dos significados e intencionalidades (campo acadêmico e social), das instâncias de avaliação, a exemplo do lugar e como avaliar cada ação, da mesma forma a escolha da melhor adequação de indicadores (de impacto, de resultado, de efeitos, de eficiência, eficácia e efetividade etc). Em contrapartida, se concebe o respectivo instrumento avaliativo, que pode ser: banco de dados, check-list, enquetes, pesquisa de opinião e satisfação, entrevistas abertas ou estruturadas, questionários e triangulação de informações.

Ante ao exposto, para efeito de avaliação das ações de extensão do programa “Educação, Democracia e Desenvolvimento” será utilizado a ferramenta do Planejamento Estratégico Situacional – PES. O PES se notabiliza como referência no planejamento de órgãos institucionais e empresas privadas, incluindo também as universidades. O planejamento se confunde com a execução, considerando que os grupos ou sujeitos envolvidos não seguem as mesmas regras de conduta, suas ações são assimétricas, bem como respeitando que cada contexto tem suas regras (leis, normas, preceitos, crenças e princípios), acumulações (conhecimentos pessoais, poder econômico e político) e fluxos (trabalho). Ou seja, as ações serão avaliadas de forma processual, com a escolha do tipo de avaliação e do instrumento avaliativo.

Para o melhor tratamento do tema, adotar-se-á enquanto pressuposto as orientações do FORPROEX (2001, p. 35), “a avaliação que se propõe não deve ser entendida com propósitos unicamente de controle e fiscalização, mas como forma de buscar subsídios que permitam confirmar alternativas que se revelem necessárias e substituir ações inadequadas. A avaliação não é controle, não é somente uma verificação de resultados, não é apenas constatar o que acontece, mais julgar por que acontece, com vistas a melhorar o

processo acadêmico.” A avaliação é um processo contínuo e sistemático, se realiza em função dos objetivos previstos e basicamente consiste em verificar o processo de mediação da aprendizagem. Ela é orientadora ao replanejar do trabalho, sendo igualmente integral, posto considerar o sujeito da ação como um ser total e integrado e não de forma compartimentada.

O procedimento será igualmente ordenado pelos seguintes livros do FORPROEX: 1º) “Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão” (2013); 2º) “Indicadores brasileiros de extensão universitária” (2017).

1.6.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

Para o adequado desenvolvimento do programa, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão se ancorada no projeto pedagógico, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico estabelecido pelo Departamento de Pedagogia a Distância do CEAD/UEDESC e sob orientação do PPI e PDI, assim como de normativas de área internas e externas à Universidade. Não obstante, deve-se ter claro que em muitas instituições de ensino superior o tratamento das áreas finalísticas de ensino, pesquisa e extensão é de coexistência e não seguindo o preceito constitucional da indissociabilidade. O que se explica para além da leitura da atual conjuntura histórica.

Vale a pena apresentar uma rápida historicização do tema e situar o sistema universitário brasileiro e a UEDESC, considerando a educação como instrumento privilegiado na consolidação de um projeto de sociedade, sendo a educação, a universidade, a escola, estruturas socialmente determinadas, que refletem o conjunto de contradições do contexto social. Assim sendo, ao focarmos na evolução da universidade no âmbito mundial, veremos uma universidade do tipo clássica na Europa do século XVIII, especialmente na França e Inglaterra (são exemplos Oxford e Cambridge), afeta a conservação e transmissão da cultura, do ensino das profissões e ampliação e renovação do conhecimento. Realizada a partir da condição de neutralidade da ciência e dissociação entre ensino e pesquisa. Reflete a época – ideias liberais, Revolução Industrial e ascensão do capitalismo.

No período ocorre a reforma da universidade francesa a partir do ideário napoleônico (1799-1815), que submete ao Estado a responsabilidade pela construção e legitimação da unidade do pensamento nacional – caracterizado por um aglomerado de faculdades profissionais voltadas a preparação profissional de servidores do Estado. Esse sistema foi absorvido pela América Latina de colonização espanhola, após vivenciar o modelo controlado pelo clero – campos das artes e literatura. Estamos diante de um modelo fragmentado e interessado em perpetuar o domínio das classes dominantes. Condição contestada pela Reforma de Córdoba (1918), embrião de uma nova universidade no mundo. Após a introdução da pesquisa científica como função inerente à universidade (na Universidade de Berlim, 1810), primeira experiência de integração entre ensino e pesquisa, marco da ciência moderna (modelo humboldtiano), a América Latina dá um passo adiante e introduz a extensão universitária, distanciada da perspectiva meramente assistencialista e voltada à prestação de serviços, difundida na Europa e EUA. Portanto, desde o início do século XX tem-se postulado o ideal de universidade a ser perseguido, com a busca pela equidade no tratamento da função das áreas finalísticas. Algo espreado nas legislações universitárias pelo mundo nos anos de 1920 e 1930. Enquanto possibilidade, estamos diante de uma universidade compromissada com o povo, que estuda os grandes problemas nacionais e sociais, pautada pela autonomia, democratização do acesso e da gestão universitária e pela qualidade do trabalho acadêmico. Diz a Profa. Sueli Mazzilli (2011) que ocorre a demarcação de um novo paradigma em que a universidade passa a ser patrimônio da sociedade como um todo.

No Brasil, temos a adesão ao modelo napoleônico, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Buscou-se a formação profissional – direito, medicina e engenharias, em escolas superiores isoladas – para atender as demandas da corte no Brasil. O que é essencial e a transmissão de conhecimentos já produzidos. Da união dessas escolas superiores isoladas serão criadas as primeiras universidades do Brasil (Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e a Universidade de Minas Gerais, em

1927), sem qualquer exigência modernizante da atividade-fim, apenas exigências financeiras e materiais. Atendeu a elite econômica e intelectual da época.

Orientados pelos ideais humboldtianos e da Reforma de Córdoba, no início dos anos de 1930, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo demandam a incorporação da pesquisa e extensão ao rol de funções universitárias no país. São criadas a USP, a UDF e a Escola Livre de Sociologia e Política. Concomitantemente tem-se o movimento de renovação da educação pautado pelos objetivos da Escola Nova, que irá culminar no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Tem-se o tratamento da educação como problema nacional e social. Eis a base de sustentação do novo modelo, que repercutira na LDB (1961), na organização da pesquisa em 1951 (CAPES e CNPq) e na criação da UNB (1962), concebida por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. O desenvolvimento da extensão universitária com importante papel da UNE, ainda marginal ao processo acadêmico das universidades (Movimento de Cultura Popular – Pernambuco e Movimento de Educação de Base, no norte, nordeste e centro-oeste do país), inspirado em Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. Defendia-se à época a reforma da educação no âmbito das reformas de base, a conscientização da população acerca da realidade social. Eis o contexto do Golpe de 1964. Temos após 21 anos de apostasia (renúncia) as sonhadas reformas progressistas na educação brasileira. Passamos a ter o enfoque pedagógico tecnicista reinando na educação nacional (inspirado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, confundida a educação ao trabalho fabril). Há a Reforma da Universidade de 1968, que incorpora a pesquisa como função atrelada a pós-graduação e a extensão como função isolada da universidade, assistencialista. Apenas com o fim do Regime Militar, em meados da década de 1980, se retoma a esperança num novo tempo, com forte participação popular (Mov. Diretas Já!, Constituinte já!, emendas populares à constituição), da criação do Fórum da Educação na Constituinte, da Andes, culminando com o capítulo da educação superior na Constituição Federal de 1988 (CF 88) e no novo projeto para a universidade brasileira (carreira docente, concurso público, eleições diretas, participação da comunidade na vida acadêmica, financiamento, avaliação e projeto pedagógico). E na esteira do período, o Art. 207 da Constituição Cidadã, que preceitua um novo projeto de universidade voltado para os interesses da maioria da população, contraponto aos modelos baseados na lógica de mercado, ainda em construção.

Desde então, há a coexistência de dois modelos desejados de universidade: 1º) via LDB (neonapoleônica); 2º) via CF 88 (nehumboldtiana), em que a indissociabilidade é enquadrada legalmente nos seguintes termos:

CF 88 – Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Trata-se, talvez, do único país no mundo cuja constituição adota na letra de sua carta magna o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

LDB de 1996 – Art. 45: “Educação superior será ministrada em IES públicas e privadas, com variados graus de abrangências ou especializações.” Complementada pelo Decreto 2.306/97, que manteve a obrigatoriedade para as universidades da tríade ensino, pesquisa e extensão, mas não para centros universitários e institutos superiores de educação (redução de custos). Deve-se ressaltar que mesmo nas universidades, a extensão ainda é exercida precariamente. Vivemos uma disputa entre projetos na educação.

Segundo Sueli Mazzilli (2011): “a associação entre ensino, pesquisa e extensão pode gerar um novo movimento no processo de produção e socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, do conhecimento historicamente produzido pela humanidade), a pesquisa (produção de novos conhecimentos a partir de problemas emergentes da prática social) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas).”

No artigo “Universidade Pública Brasileira no Século XXI – Educação Superior Orientada para o Mercado e

Intensificação do Trabalho Docente”, de autoria de João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi, se apresenta a mercantilização da educação superior brasileira diante do novo regime de acumulação do capital no país – “rentista”, impondo ao Brasil a condição de plataforma de valorização financeira internacional. O que foi referendado pelo Pacto de Bolonha e difundido para o mundo, com destaque para a América Latina e Brasil.

A UDESC se ressentida de todos os efeitos advindos da referida disputa entre dois modelos coexistentes de universidade: 1º) via LDB (neonapoleônica); 2º) via CF 88 (neohumboldtiana), que a UDESC se filia, embora com a presença de alguns retardos institucionais, vide o valor das áreas para o procedimento de ascensão no Plano de Carreira dos Servidores, ou ainda a espera definitiva da aprovação da Resolução de Creditação de Extensão. Naturalmente, os efeitos se fazem presentes no desenvolvimento das ações, mas que encontram notadamente nos laboratórios e núcleos ambientes de acomodação dos preceitos constitucionais.

Dito isto, cabe ressaltar que as ações de extensão do Programa “Educação, Democracia e Desenvolvimento” estão amparadas nos afazeres do laboratório - CDR UDESC e apoiadas nos trabalhos do núcleo - NER UDESC. O CDR UDESC, em parceria com IES (Instituições de Ensino Superior), representantes da sociedade civil e do governo, busca soluções para o desenvolvimento regional sustentável nas frentes de ensino, pesquisa, extensão e governança, através de planos estratégicos de desenvolvimento, oferta de serviços de pesquisa aplicada e de elaboração de projetos, bem como de ações extensionistas nas áreas da educação, meio ambiente, trabalho, justiça e direitos humanos, tecnologia, comunicação, cultura e saúde, contribuindo para a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. O CDR UDESC articula conhecimentos do campo da Geografia, Educação e Desenvolvimento, através de equipe multidisciplinar e trabalho colaborativo em rede interinstitucional, contando com facilidades acadêmicas e administrativas inerentes a presença da UDESC em todas as mesorregiões do território catarinense, com unidades presenciais de ensino, polos de EaD e extensão universitária, por meio de 59 cursos de graduação e 48 programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), oferecidos gratuitamente, bem como 168 grupos de pesquisa e 700 ações de extensão que beneficiam anualmente mais de 600 mil pessoas.

Importa mencionar a parceria estabelecida entre o CDR UDESC (CEAD) e o NER UDESC, que está atrelado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade (PROEX). O NER UDESC realiza anualmente a Operação Rondon, que tem como escopo a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, diante das complexas questões contemporâneas. O Núcleo contribui com soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, concomitantemente atuando na formação dos estudantes universitários. O NER UDESC adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em suas dimensões econômica, social e ambiental, visando prestar suporte a governos locais e regionais para implementação da Agenda 2030 em âmbito local, com estratégias adaptadas a contextos específicos e necessidades das cidades e regiões. Desde 2010 foram atendidos 176 municípios e mais de 385 mil pessoas, em 15 operações. (VER ANEXO 2 – FIGURA 4) Além do NER UDESC, haverá a parceria no desenvolvimento da ação extensionista com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB e o Laboratório de Direitos Humanos – LabDH, ambos do CEAD.

O programa de extensão proposto, sediado no CDR UDESC, se articula aos afazeres do Grupo de Pesquisa do CNPq – Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, na linha “Cidadania e Desenvolvimento Regional Sustentável”, bem como está em atrelado a um rol de disciplinas ministradas por professores pesquisadores do referido grupo, a exemplo daquelas credenciadas e lecionadas no CEAD pelo coordenador da ação extensionista em tela: Metodologias para a Iniciação à Prática da Pesquisa e Extensão, Seminário Integrador VIII – Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, Conteúdos e Metodologias do Ensino de Geografia, Geografia Econômica e Humana e Políticas

Públicas e Desenvolvimento Regional.

Destaca-se a futura oferta de créditos de extensão a partir do CDR UDESC, auxiliando o CEAD na efetivação do mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil nos cursos de graduação do centro, cumprimento o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE) e Resolução CNE/CES Nº 007/2018.

1.6.6 Avaliação Pelo Público

Conforme outrora descrito, as ações serão avaliadas pela equipe de execução e público-alvo de forma processual, com a escolha do tipo de avaliação e do instrumento avaliativo a partir do Planejamento Estratégico Situacional – PES. O procedimento será igualmente ordenado pelos seguintes livros do FORPROEX: 1º) “Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão” (2013); 2º) “Indicadores brasileiros de extensão universitária” (2017).

Pela Equipe

Conforme outrora descrito, as ações serão avaliadas pela equipe de execução e público-alvo de forma processual, com a escolha do tipo de avaliação e do instrumento avaliativo a partir do Planejamento Estratégico Situacional – PES. O procedimento será igualmente ordenado pelos seguintes livros do FORPROEX: 1º) “Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão” (2013); 2º) “Indicadores brasileiros de extensão universitária” (2017).

1.6.7 Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Aprendizagem Mediada Dentro e Fora da Sala de Aula. Programa de Pesquisa Cognitiva, Divisão de Educação Especializada da Universidade de Witwatersand, África do Sul; São Paulo: Instituto Pieron de Psicologia Aplicada, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Curso de Aperfeiçoamento Educacional - Mediação, aprendizagem e desenvolvimento cognitivo segundo Feuerstein. Seção 2 – Ambientes de modificabilidade. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac/SC. Senac: Florianópolis, 2020.

CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: O Correio (Revista da Unesco). Ano 1, n. 3, mar. de 1973 (apresentado no Colóquio sobre o Meio, em junho de 1972, em Estocolmo).

DEWEY, John. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

ESCÁMEZ SÁNCHEZ, Juan. Ortega y Gasset. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

FÁVARO, Rute Vera Maria. O diálogo como uma estratégia de interação na formação docente na EaD. Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, 2009. <
<https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13602/8861> > Acesso em 11/08/2021.

FERNANDES, Florestan. A democratização do ensino. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org), 1960. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Pioneira, 1960.

FERREIRA, Lucas dos Santos; NAPOLEÃO, Fábio. Neoliberalismo em crise: notas conjunturais. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

FEUERSTEIN, Reuven; FEUERSTEIN, Refael S.; FALIK, Louis H. Além da Inteligência: Aprendizagem

Mediada e a Capacidade de Mudança do Cérebro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária)

_____. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX; UFSC, 2012.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (O Mundo, hoje)

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

_____. Perspectivas da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. Fórum Mundial de Educação: proposições para um outro mundo possível. São Paulo: Ed,L, 2009 (Cidadania Planetária).

_____. Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

GEISELBERGER, Heinrich. A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JÚNIOR, Manoel Maximiano (org). Indicadores brasileiros de extensão universitária. Campina Grande-PB: EDUFCG, 2017 (FORPROEX).

KHAPOYA, Vincent. B. A experiência africana. Petrópolis: Vozes, 2015.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1992 (Coleção Educação Contemporânea, Série Memória da Educação).

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago de 2011.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho).

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá; GONÇALVES, Nádia Gaiofatto (orgs). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016.

RIBEIRO, Renato Ribeiro. A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das Mentes. 1975, SP, Ed., Instituto Paulo Freire. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre: AGB, ago. 1996.

_____. Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. O papel ativo da Geografia um manifesto. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis: AGB, jul. 2000a.

_____. Os deficientes cívicos. In: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. (orgs). Universidade pública brasileira no século XXI: educação superior orientado para o mercado e intensificação do trabalho docente. Espacios em Blanco. Revista de Educación. n. 23, p. 119-156. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires: Buenos Aires, Argentina, jun. 2013.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e cultura na Constituição do Estado da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.65, n.151, set./dez. 1984. p.685-696.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILLEN, Patrícia. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo – Entre harmonia e contradição. 1.ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História da África e dos africanos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

Normativas e orientações da área de extensão universitária, instituídas pelo CNE/MEC, UDESC e FORPROEX.

1.6.8 Observações

1.7 Divulgação/Certificados

Meios de Divulgação: Internet, Imprensa

Outros meios de Divulgação: Instagram, Twitter, YouTube, Facebook e página institucional do CDR UDESC.

Contato: <https://www.facebook.com/udesc.cdr/>
<https://www.instagram.com/cdr.udesc/>
<https://twitter.com/home>
<https://www.youtube.com/channel/UCYjTOweezwrhdcdehdIVz6w>
<https://www.udesc.br/cead/labcdr>

Emissão de Certificados: Participantes, Equipe de Execução

Qtde Estimada de Certificados para Participantes: 945

Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução: 10

Total de Certificados: 955

Menção Mínima: MS

Frequência Mínima (%): 75

Justificativa de Certificados: Os certificados serão emitidos através do sistema institucional de certificação eletrônica do CEAD, regido pela Resolução CONCEAD Nº 014/2020. A emissão de certificados se justifica por se tratar de ações institucionais vinculadas à extensão, aprovadas em edital interno da UDESC.

1.8 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos: Sim

Produtos: Artigo Completo
Livro

Descrição/Tiragem: Publicação em formato impresso e formato e-book de obra de caráter didático de autoria da equipe de execução da ação de extensão sobre Guiné-Bissau - Sociedade e Natureza. Tiragem de 500 exemplares. Além disso, serão publicados artigos em periódicos da área da Geografia e Educação sobre os estudos da África e dos africanos e a experiência extensionista.

1.9 Anexos

Nome	Tipo
planilha_de_aCOes_vinculadas_a_programas____item_7.3.5_edital_paex_proce u.xlsx	Planilha(modelo) de Ações vinculadas a Programas - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
anexo_1_declaracao_de_interesse_no_desenvolvimento_de_acao_extensionista _neab.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
anexo_1_declarac__807;a__771;o_de_interesse_no_desenvolvimento_de_ac__ 807;a__771;o_extensionista_municipios_selecionados_na_operacao_rondon.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX

anexo_2_figuras_e_quadros_texto_do_programa_de_extensao_educacao_democracia_e_desenvolvimento.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
anexo_1_declaracao_de_interesse_no_desenvolvimento_de_acao_extensionista_e.b.m._virgilio_dos_reis_varzea.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
anexo_1_declaracao_de_interesse_no_desenvolvimento_de_acao_extensionista_ipnove_ip9.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UDESC

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Alfredo Balduino Santos	40 horas	UDESC	480 hrs	Colaborador(a)
Cléia Demétrio Pereira	40 horas	UDESC	480 hrs	Colaborador(a)
Fábio Napoleão	Tempo Integral	UDESC	1152 hrs	Coordenador(a), Ministrante, Gestor, Palestrante
Lucas dos Santos Ferreira	20 horas	UDESC	480 hrs	Ministrante, Palestrante, Colaborador(a), Público Participante

Discentes da UDESC

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Maria Catarina Tirloni Napoleão	Administração Pública	UDESC	960 hrs	Discente Voluntário(a)

Técnico-administrativo da UDESC

Nome	Regime de Trabalho	Instituição	Carga	Função
Maria Helena Tomaz	40 horas	UDESC	480 hrs	Colaborador(a)

Outros membros externos a UDESC

Nome	Instituição	Carga	Função
------	-------------	-------	--------

Atividade: Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Resolução n. 015/2019 - CONSUNI, que dispõe sobre a Política de Extensão Universitária da UDESC. As atividades seguirão as determinações do Planejamento Estratégico Situacional (PES), cuja elaboração e aprovação pela equipe de execução e público externo à UDESC ocorrerá em fevereiro e março de 2022.

Início: Fev/2022 **Duração:** 24 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Lucas dos Santos Ferreira (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Integrante da equipe de execução das ações de extensão, na qualidade de coordenador(a) de laboratório ou núcleo da UDESC, com expertise na área e tema da proposta de ação extensionista. As atividades seguirão as determinações do Planejamento Estratégico Situacional (PES), cuja elaboração e aprovação pela equipe de execução e público externo à UDESC ocorrerá em fevereiro e março de 2022.

Início: Fev/2022 **Duração:** 24 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Maria Helena Tomaz (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Integrante da equipe de execução das ações de extensão, na qualidade de coordenador(a) de laboratório ou núcleo da UDESC, com expertise na área e tema da proposta de ação extensionista. As atividades seguirão as determinações do Planejamento Estratégico Situacional (PES), cuja elaboração e aprovação pela equipe de execução e público externo à UDESC ocorrerá em fevereiro e março de 2022.

Início: Fev/2022 **Duração:** 24 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Cléia Demétrio Pereira (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Integrante da equipe de execução das ações de extensão, na qualidade de coordenador(a) de laboratório ou núcleo da UDESC, com expertise na área e tema da proposta de ação extensionista. As atividades seguirão as determinações do Planejamento Estratégico Situacional (PES), cuja elaboração e aprovação pela equipe de execução e público externo à UDESC ocorrerá em fevereiro e março de 2022.

Início: Fev/2022 **Duração:** 24 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Alfredo Balduino Santos (C.H. 20 horas/Mês)

Responsável	Atividade	2022											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Fábio Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 1º, da Re...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Catarina Tirloni Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 2º, da Re...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marcelo da Silva	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lucas dos Santos Ferreira	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Helena Tomaz	Integrante da equipe de execução das ações ...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Integrante da equipe de execução das ações ...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alfredo Balduino Santos	Integrante da equipe de execução das ações ...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Responsável	Atividade	2023												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Fábio Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 1º, da Re...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Catarina Tirloni Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 2º, da Re...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marcelo da Silva	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lucas dos Santos Ferreira	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Helena Tomaz	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alfredo Balduino Santos	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Responsável	Atividade	2024												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Fábio Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 1º, da Re...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Catarina Tirloni Napoleão	Conforme designação do Art. 32, § 2º, da Re...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo da Silva	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucas dos Santos Ferreira	Conforme designação do Art. 32, § 3º, da Re...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Helena Tomaz	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cléia Demétrio Pereira	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfredo Balduino Santos	Integrante da equipe de execução das ações ...	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3. Receita

3.1 Arrecadação

Não há Arrecadação.

3.2 Recursos da IES (UDESC)

Bolsas	Valor(R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00
Subtotal	R\$ 0,00

Rubricas	Valor(R\$)
Material de Consumo (3390-30)	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	20.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	10.000,00
Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00

Encargos Patronais (3390-47)	0,00
Subtotal	R\$ 30.000,00
Total:	R\$ 30.000,00

3.3 Recursos de Terceiros

Não há Recursos de Terceiros.

3.4 Receita Consolidada

Elementos da Receita (Com Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Bolsas + Outras Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

Elementos da Receita (Sem Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

4. Despesas

Elementos de Despesas	Arrecadação (R\$)	IES (UDESC)(R\$)	Terceiros (R\$)	Total (R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo (3390-30)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas (Impostos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00

Valor total solicitado em Reais: R\$ 30.000,00

Trinta Mil Reais

A seguir são apresentadas as despesas em relação a cada elemento de despesa da atividade: Diárias - Pessoal Civil, Material de Consumo, Passagens e Despesas com Locomoção, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente, Bolsistas e Outras Despesas. Nos respectivos quadros de despesas são apresentados itens específicos, sendo relevante destacar o campo “Fonte”. O campo “Fonte” refere-se à origem do recurso financeiro, podendo ser Arrecadação, Instituição e Terceiros.

4.1 Despesas - Diárias

Não há Diárias.

4.2 Despesas - Material de Consumo

Não há Material de Consumo.

4.3 Despesas - Passagens

Não há Passagem.

4.4 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Descrição	Fonte	Custo Total
Pagamento das atividades realizadas por professores e/ou profissionais especializados externos à UDESC, conforme dispõe a Resolução n. 026/2017 - CONSAD (palestras, cursos ministrados e prestação de consultoria).	IES (UDESC)	R\$ 20.000,00
Total		R\$20.000,00

4.5 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Descrição	Fonte	Custo Total
Publicação em formato impresso e formato e-book de obra de caráter didático de autoria da equipe de execução da ação de extensão sobre Guiné-Bissau - Sociedade e Natureza.	IES (UDESC)	R\$ 10.000,00
Total		R\$10.000,00

4.6 Despesas - Equipamento e Material Permanente

Não há Equipamento ou Material Permanente

4.7 Despesas - Bolsistas

Nome do Bolsista	Início/Término	Fonte	Tipo Institucional	Remuneração/Mês	Custo Total
[!] A ser selecionado	01/02/2022 31/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00
[!] A ser selecionado	01/02/2022 31/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00
Total					R\$0,00

Observação (referente à Bolsa): Consoante à Política de Extensão Universitária da UDESC.

Plano de Trabalho do(s) Bolsista(s)

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 0 hora(s)

Objetivos:

Proporcionar ao estudante o envolvimento com conhecimentos de ordem acadêmica e popular a partir da interação dialógica universidade-sociedade, em trabalho colaborativo multidisciplinar, seguindo as premissas da Política Nacional de Extensão Universitária.

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

- Participação nas etapas de planejamento, execução e avaliação das atividades extensionistas;
- Participação na operacionalização da ação, de grupos de estudo e eventos temáticos referentes ao desenvolvimento da atividade de extensão, produção de materiais didático-pedagógicos e de divulgação, publicização de resultados na forma escrita e oral;
- Elaboração de relatórios demandados por Resolução da área extensionista na UDESC;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução CNE/CES Nº 7/2018 e Resolução n. 015/2019 – CONSUNI;
- _ Outras atividades definidas pelo Planejamento Estratégico Situacional – PES.

Nota: As atividades serão realizadas de forma processual, a partir de debates em reuniões administrativas semanais, orientadas pelo uso da ferramenta do Planejamento Estratégico Situacional – PES.

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 20 hora(s)

Objetivos:

Proporcionar ao estudante o envolvimento com conhecimentos de ordem acadêmica e popular a partir da interação dialógica universidade-sociedade, em trabalho colaborativo multidisciplinar, seguindo as premissas da Política Nacional de Extensão Universitária.

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

- Participação nas etapas de planejamento, execução e avaliação das atividades extensionistas;
- Participação na operacionalização da ação, de grupos de estudo e eventos temáticos referentes ao desenvolvimento da atividade de extensão, produção de materiais didático-pedagógicos e de divulgação, publicização de resultados na forma escrita e oral;
- Elaboração de relatórios demandados por Resolução da área extensionista na UDESC;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução CNE/CES Nº 7/2018 e Resolução n. 015/2019 – CONSUNI;
- _ Outras atividades definidas pelo Planejamento Estratégico Situacional – PES.

Nota: As atividades serão realizadas de forma processual, a partir de debates em reuniões administrativas semanais, orientadas pelo uso da ferramenta do Planejamento Estratégico Situacional – PES.

4.8 Despesas - Outras Despesas

Descrição	Fonte	Custo Total
INSS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
ISS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
SubTotal 1		R\$ 0,00
INSS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
ISS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
SubTotal 2		R\$ 0,00
INSS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
ISS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Terceiros	R\$ 0,00

<i>SubTotal 3</i>		R\$ 0,00
Total		R\$0,00

4.9 Despesas - Resolução de Destinação Específica da IES (UDESC)

Discriminação	R\$
Total	0,00

5. Critérios para Avaliação da Ação (Reservado à Comissão de Extensão)

Seleção no Centro		Pontuação	
1.	Atuação transformadora e de impacto sobre questões regionais prioritárias.		
2.	Interação concreta com a comunidade e seus segmentos significativos.		
3.	Relevância social, ambiental, artístico, cultural, científica e/ou econômica.		
4.	Atendimento às áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.		
5.	Caráter interdisciplinar, interdepartamental, intercentros, interinstitucional.		
6.	Pertinência técnica e metodológica da ação.		
7.	Articulação entre ensino, pesquisa e produção artístico-cultural.		
8.	Divulgação do Curso, Centro e Instituição.		
9.	Compatibilidade entre os recursos solicitados e as exigências da atividade.		
10.	Possibilidade de impactos das ações do projeto, no processo de qualificação social dos estudantes e dos cursos envolvidos na execução.		
Total			

Cada item receberá pontuação até 1 (um).

Os itens acima deverão ser utilizados para a análise de cada atividade recebendo a pontuação adequada.

Parecer do Departamento:	
_____ Relator(a)	_____ Chefe do Departamento
Data de aprovação:	

Parecer da Comissão de Extensão:

Relator(a)

Presidente da Comissão

Data de aprovação:

Parecer do Conselho de Centro:

Relator(a)

Presidente do Conselho

Data de aprovação na unidade executora:

RESERVADO À PROEX:

Data de Entrada: / /

Aprovado em: / /

Não Aprovado: ()

Justificativa:

Relator(a)

Local

, 15/08/2021

Fábio Napoleão
Coordenador(a)/Tutor(a)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **L54A7EK6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO NAPOLEÃO (CPF: 909.XXX.909-XX) em 15/08/2021 às 20:48:18

Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/10/2020 - 18:06:59 e válido até 07/10/2120 - 18:06:59.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMzE4NTBfMzE5MzFfMjAyMV9MNTRBN0VLNg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00031850/2021** e o código **L54A7EK6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.